

O OUTRO E NÃO EU: MULHER NEGRA, MEMÓRIA E A ALTERIDADE DO SER¹

The other and not me: Black women, memory and the otherness of being

El otro y no yo: mujeres Negras, memoria y la alteridad del ser

LARISSA NEVES DA COSTA²
ORCID: 0000-0003-2934-7908

RESUMO

Lélia Gonzalez retoma ideias basilares da produção antropológica brasileira para tecer uma profunda análise da experiência da mulher Negra no Brasil. Com seu refinado conceito de memória, Gonzalez destrincha como o racismo e o sexismo, moldaram a identidade, a memória coletiva e o trabalho das mulheres Negras. Neste artigo, pretendo explorar o conceito de memória elaborado pela autora, para analisar a situação da mulher Negra no Brasil. Através dessa lente analítica, buscarei compreender como nós, mulheres Negras, ao longo da história, fomos sistematicamente subjugadas por meio da formação do pensamento social brasileiro. Discutirei como a construção de uma memória nacional excludente e eurocêntrica silenciou e marginalizou nossos corpos, relegando-nos às posições subalternas na sociedade. Pretendo também abordar as diversas formas de violência que marcam a nossa experiência de existir, desde as socioeconômicas, as simbólicas, e principalmente a racial.

Palavras-chave: Memória; alteridade; mulher Negra, trabalho doméstico.

ABSTRACT

Lélia Gonzalez takes up basic ideas from Brazilian anthropological production to weave a profound analysis of the experience of Black women in Brazil. With her refined concept of memory, Gonzalez unravels how racism and sexism have shaped the identity, collective memory and work of Black women. In this article, I intend to explore the concept of memory developed by the author in order to analyze the situation of Black women in Brazil. Through this analytical lens, I will seek to understand how we Black women have been systematically subjugated throughout history through the formation of Brazilian social thought. I will discuss how the construction of an exclusionary and Eurocentric national memory has silenced and marginalized our bodies, relegating us to subordinate positions in society. I also intend to address the various forms of violence that mark our experience of existence, from the socio-economic to the symbolic, and especially the racial.

Keywords: Memory; alterity; Black woman, domestic work.

¹ Este artigo é fruto da minha dissertação de mestrado. Fui orientada pela Prof. Dr(a). Luciana de Oliveira Dias no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Goiás, onde fui bolsista da FAPPEG entre os anos de 2021 a 2023. Esse artigo também é resultado de um grande esforço para a valorização de intelectuais Negras, sendo assim um privilégio ter autoras Negras em minhas referências bibliográficas.

² Doutoranda no Departamento de Antropologia da UnB. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da UFG, com Graduação Sanduíche através do Programa Abdias Nascimento, no Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Coletivo Rosa Parks (UFG) e MOBILE (UnB).

RESUMEN

Lélia Gonzalez retoma ideas básicas de la producción antropológica brasileña para tejer un profundo análisis de la experiencia de las mujeres negras en Brasil. Con su refinado concepto de memoria, Gonzalez desentraña cómo el racismo y el sexismo han configurado la identidad, la memoria colectiva y el trabajo de las mujeres negras. En este artículo, pretendo explorar el concepto de memoria de la autora para analizar la situación de las mujeres negras en Brasil. A través de esta lente analítica, intentaré comprender cómo las mujeres negras hemos sido sistemáticamente subyugadas a lo largo de la historia a través de la formación del pensamiento social brasileño. Discutiré cómo la construcción de una memoria nacional excluyente y eurocéntrica ha silenciado y marginado nuestros cuerpos, relegándonos a posiciones subordinadas en la sociedad. También pretendo abordar las diversas formas de violencia que marcan nuestra experiencia de existencia, desde la socioeconómica hasta la simbólica, y especialmente la racial.

Keywords: Memoria; alteridad; mujer Negra, trabajo doméstico.

1. INTRODUÇÃO

Sou um rio caudaloso, banhando as margens, atravessando os espaços, abundante, sou uma mulher Negra³ que reescreve a história com a própria tinta, com a própria memória, dignifico minhas palavras, para que se ouça nelas minha mãe, minhas avós, minhas irmãs, minhas sobrinhas e quem sabe no futuro minhas filhas. Minha escrita é um rio que não seca e nela guardo memória, preservo meu passado e reescrevo meu futuro. Afinal, não sou eu uma mulher Negra com minha Negra memória, uma mulher-raiz⁴. (Autora, 2025)

Na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, realizada durante o IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, no estado do Rio de Janeiro, nos anos 80, a intelectual Negra Lélia Gonzalez, em tom provocativo – “o lixo vai falar e numa boa” (Gonzalez, 2018a) –, convidou a presente elite intelectual branca para uma profunda reflexão sobre a intrínseca relação entre consciência e memória, conceitos centrais para a compreensão das dinâmicas sociais e da construção da identidade, especialmente no contexto das lutas contra o racismo e o sexismo e na formação do pensamento social brasileiro.

A gente tá falando das noções de consciência e de memória⁵. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência (Gonzalez, 2018, p. 226).

Lélia Gonzalez define que a memória é o “não-saber que conhece”, representando um conhecimento que emerge das brechas do discurso oficial, abrigando fragmentos de histórias que foram silenciadas, aquilo que não é falado, mas ainda assim está lá. É nesse espaço que a verdade emerge, mesmo que estruturada como ficção, pois desafia as narrativas dominantes e abre caminho para novas interpretações da realidade. Já a consciência é permeada por lacunas, onde o saber hegemônico se entrelaça com o encobrimento de outras realidades. É nesse terreno onde o discurso ideológico se enraíza, moldando então a história oficial para o interesse de quem a representa.

Por assim dizer, a consciência dominante busca excluir e ocultar a memória, impondo-se como verdade absoluta. A memória, no entanto, possui suas “astúcias” e “jogo de cintura”. Ela se manifesta nas brechas do discurso da consciência, subvertendo suas verdades e revelando as contradições que permeiam a sociedade brasileira. Então, através das hesitações da consciência, a memória rompe com algo, a consciência hegemônica branca. Sendo assim, a memória não se limita à lembrança passiva de eventos passados, mas desempenha um papel ativo na construção e reconstrução de identidades, nos seus aspectos mais minuciosos.

³ O uso da letra maiúscula “N” na palavra “Negra” será recorrente neste texto para destacar a unidade de um povo que compartilha história e identidade.

⁴ O termo “mulher-raiz” vem de “mulheres-raízes”, expressão mobilizada por Luciana Dias, Cristina Souza Carlos Henning (2020) e que se refere às mulheres que revelam intelectualidades e criticidades formadas no Sul, desafiando os campos de conhecimento hegemônicos. Uso o termo como provocação, sendo eu uma intelectual Negra jovem que mobilizo conhecimento desde a diáspora.

⁵ Sublinhado conforme o texto original.

Para a intelectual, a história hegemônica silencia e exclui as memórias e narrativas das mulheres negras. Em contraposição a essa narrativa dominante, a intelectual resgata a memória não hegemônica, presente na história não oficial do Brasil. A partir de sua concepção de memória, ela analisa como a imagem da mulher negra é historicamente estereotipada, seja pela figura da “mulata de carnaval”, seja pela da empregada doméstica ou mucama (Gonzalez, 2018, p. 224). Neste primeiro momento, detenho-me à figura da empregada doméstica.

Bell hooks, em *Intelectuais Negras* (1995), aponta que, no exercício de um sistema racista e sexista, existe uma iconografia de representação da mulher negra como um corpo sem mente, animalesco e primitivo, necessitando, assim, ser dominado. Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe* (2016), ao analisar a interseccionalidade entre o corpo da mulher Negra, raça e classe, ressalta que o espaço ocupado de forma significativa e densa pelo trabalho na vida das mulheres Negras hoje nada mais é do que a reprodução de um padrão estabelecido durante o período da escravidão.

Davis (2016) destaca um aspecto crucial para compreender o impacto da escravidão nos corpos Negros. Ela afirma que esses corpos eram desumanos e reduzidos à condição de escravos. Tanto homens quanto mulheres eram submetidos às mesmas tarefas e exigências, trabalhando lado a lado (Davis, 2016, p. 27). Beatriz Nascimento (1976) também segue o mesmo fio da meada; a autora considera a mulher negra dentro do sistema colonial como produtora essencial, desempenhando um papel ativo semelhante ao dos homens. Como escravizada, ela trabalhava não apenas nos afazeres da casa-grande, que incluíam a produção de alimentos para a escravaria, mas também no campo, nas atividades relacionadas ao corte e ao engenho. Além de sua capacidade produtiva, sua condição de mulher e potencial mãe de novos escravizados lhe atribuía a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno, concorrendo com o tráfico negreiro.

Em contraste, a mulher branca, vista como esposa e mãe dedicada, era percebida como ociosa e dependente do trabalho masculino para sua sobrevivência. No entanto, essa inatividade era uma falsa aparência, pois servia como disfarce para a exploração do trabalho escravo que sustentava seu estilo de vida. Sua imagem era moldada como símbolo de pureza feminina e do lar, reforçando a ideia de que seu lugar era no âmbito privado, longe da esfera pública e do trabalho manual. A mulher Negra, por outro lado, era vista como essencialmente produtiva, desempenhando um papel ativo, similar ao do homem. No entanto, essa atividade não era reconhecida como trabalho, mas como uma obrigação natural e inquestionável. Como escravizada, a mulher Negra era forçada a trabalhar incansavelmente, sendo vista como uma mera ferramenta de produção e reprodução, desprovida de direitos e humanidade. Ainda hoje, na condição de trabalhadora doméstica, digamos que a situação não seja muito diferente.

Janaína Damasceno, em “O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote” (2008), evidencia como a mulher Negra é a antítese do outro – o outro em oposição é o branco, ou a branca, assim por dizer. Se, no século dezenove, o corpo europeu masculino representava a normalidade, o que se não o corpo de uma mulher Negra poderia representar sua radical alteridade? (Damasceno, 2008, p. 2). A formação do pensamento social brasileiro, empanurrado pelo racismo e pelo sexismo, moldou a percepção do corpo da mulher Negra como “anormal”. Vistos como a antítese dessa “normalidade”, nossa cor de pele, nossos traços físicos, nossa cultura e nossa história foram utilizados para nos marcar como “coisa”, construção da “radical alteridade” que serve apenas para justificar a violência sobre os nossos corpos.

“Começamos a história de novo, como sempre, na esteira de seu desaparecimento e com a esperança desviada de que nossos esforços possam devolvê-la ao mundo” (Hartman, 2020, p. 33). Saidiya Hartman (2020), ao analisar a história e a memória das mulheres Negras no período escravista, investiga suas experiências no sistema colonial. Em diálogo com Lélia Gonzalez, a autora examina o impacto devastador das múltiplas violências coloniais sobre os corpos femininos negros. Movida por uma esperança quase utópica e através de uma minuciosa análise das narrativas históricas dominantes, Hartman busca resgatar do esquecimento as memórias da população negra, recontando-as a partir de uma perspectiva radicalmente diferente.

A autora revira uma gama de documentos históricos, arquivos e registros legais do período escravocrata e, por meio desse rebuliço, revela como as relações de poder coloniais transformaram a história em um arquivo de narrativa única, moldada pela visão dominante, a do colonizador. Essa narrativa hegemônica, edificada sobre os alicerces da subordinação e da desumanização, perpetua a invisibilização e a marginalização de homens e mulheres Negros, tanto no período escravocrata quanto no período pós-abolição. Quando Hartman nos convida a refletir sobre a natureza complexa e fragmentada da memória, ela destaca que a memória, por

si só, não é suficiente para reconstruir um passado apagado e silenciado. É preciso um trabalho árduo de pesquisa, análise crítica e reinterpretação dos vestígios que restaram para que possamos desvendar a verdade sobre a experiência das mulheres Negras na escravidão.

A memória muitas vezes foi tratada como uma categoria estática e homogênea, ignorando sua natureza dinâmica e multifacetada. Sendo assim, repenso a memória como uma categoria complexa e transformadora, moldada por fatores sociais, culturais e individuais. Isso significa que a memória não é um registro fiel do passado, mas uma construção social influenciada pelas perspectivas e experiências de quem a narra, de modo que as memórias presentes em arquivos e documentos históricos, embora fragmentadas e incompletas, desempenham um papel crucial na construção das representações de indivíduos e grupos.

No caso de nós, mulheres Negras, os registros históricos estão repletos de memórias estigmatizantes que serviram para perpetuar nossa subalternidade e invisibilidade social. Essas memórias, cuidadosamente selecionadas e manipuladas pela branquitude, contribuíram para a construção de uma narrativa histórica que nos relegou às margens da sociedade, negando a nós humanidade e agência. Essa narrativa única, marcada pela violência, pela exploração e pela desumanização, serviu para legitimar o poder colonial e silenciar outras memórias, ou seja, as que são nossas. Fica evidente, assim, que a memória está intrinsecamente ligada aos processos históricos e à consciência hegemônica. Mais do que um “objeto” de estudo para a antropologia, a memória revela-se como uma força ativa na criação e reprodução de representações sociais.

2. MULHER NEGRA, TRABALHO DOMÉSTICO E MEMÓRIA: UM CAMPO DE BATALHA

A manhã infiltra-se pela janela da cozinha, observo do meu quarto o vapor que sobe da leiteira fervilhante enquanto meu pai passa um café, minha mãe se levanta às cinco e se ajeita para trabalhar. O aroma inebriante de café toma conta do ar de modo que o cheiro do cansaço de minha mãe se mistura ao do café fresco. Nesse momento eu me vejo filha de uma mulher Negra, neta de uma mulher Negra, bisneta de uma outra mulher Negra e, seguindo a história do Brasil, sabemos que minha linhagem feminina Negra não cessa aqui e é circunscrita por mulheres Negras trabalhadoras rurais e domésticas.

Minha linhagem, marcada pela resiliência e pela luta constante, é um testemunho vivo das complexas interseções entre raça, gênero e classe social no Brasil. Cada uma dessas mulheres Negras, dentro e fora de minha família, construíram um legado de resistência por meio do trabalho doméstico. A minha história se entrelaça com a trajetória de tantas outras mulheres Negras cujas vidas foram marcadas pelo trabalho doméstico. Trabalho que muitas das vezes é invisibilizado e desvalorizado, extensão do sistema colonial que perpetuou a exploração e a subjugação de corpos de mulheres Negras.

O trabalho doméstico, historicamente relegado às mulheres Negras no Brasil, é uma extensão das dinâmicas de poder estabelecidas durante o período escravocrata. Após a abolição, muitas mulheres Negras não tiveram acesso a oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico, perpetuando um ciclo de subordinação e exploração. Minhas antecessoras foram parte dessa história: trabalharam incansavelmente em casas alheias, cuidando dos filhos dos outros, limpando e cozinhando, enquanto suas próprias necessidades foram negligenciadas, sua humanidade, negada e suas memórias, apagadas.

Essas mulheres não apenas cuidaram de casas que não eram suas, mas também sustentaram suas famílias, educaram seus filhos e transmitiram valores incomensuráveis. Durante séculos, mulheres Negras enfrentaram jornadas extenuantes, salários irrisórios e condições de trabalho degradantes. No entanto, foi por meio desse trabalho que muitas conseguiram garantir o sustento de suas famílias e a educação de seus descendentes, alimentando sonhos de um futuro melhor.

Hoje me vejo sentada na cozinha da casa de minha mãe, escrevendo com as mãos de quem quer contar outras memórias. Escrevo para dar vida às memórias que foram silenciadas, para honrar cada sacrifício e cada sonho interrompido. Escrevo com a certeza de que minhas palavras têm o poder de transformar a dor em resistência e a opressão em liberdade. Cada linha que traço é uma homenagem à minha linhagem, uma reafirmação de nossa dignidade.

Escrevo com a convicção na força transformadora da nossa memória e na importância de contar nossas próprias histórias. E, para romper com o silêncio, como nos convida Vera Rodrigues (2021 apud bell hooks, 2019), é necessário fazer a transição do silêncio à fala. Para o oprimido, o colonizado, o explorado e aqueles que se levantam e lutam lado a lado, essa transição é um gesto de desafio que cura, possibilitando uma vida

nova e um novo crescimento. E o meu lugar de rompimento é a escrita, pois o oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo — para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação — uma resistência. A linguagem é também um lugar de luta (hooks, 2019, p. 58), lugar de recuperar a memória e lugar de fecundar raízes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da mulher Negra no Brasil é marcada pela invisibilidade, pela desvalorização de seu trabalho e pela negação de sua humanidade. Por muito tempo, a narrativa oficial tentou silenciar nossas vozes, apagando nossas marcas da história. Mas a memória é um rio que continua a fluir. A nossa memória recuperada estrutura o presente e projeta o futuro. Ela nos dá os instrumentos para romper com os ciclos de invisibilidade e violência que persistem.

A memória, como bem nos ensinaram Lélia Gonzalez, Angela Davis e Saidiya Hartman, não é passiva nem estática. Ela é dinâmica, astuta e carregada de potência transformadora. É nas brechas da consciência hegemônica que a memória resgata as narrativas ocultadas. Ao trazer à tona essas histórias, possibilitamos rompimentos com a lógica colonial que insiste em nos reduzir ao “outro”. Essa memória, enquanto “não-saber que conhece”, como nos ensina Lélia Gonzalez, é mais que uma ferramenta de resgate. Ela é também uma estratégia de sobrevivência, uma forma de desafiar a consciência dominante que tentou nos separar de nossas raízes e reescrever nossa humanidade em seus termos.

Ao analisar o trabalho doméstico como um espaço histórico de subordinação, evidenciei como as experiências das mulheres de minha linhagem se conectam com a história de tantas outras mulheres Negras. A escrita, para mim, apresenta-se, então, como um ato de ruptura, uma ferramenta para restaurar a dignidade e projetar novas possibilidades de futuro. Como nos lembra bell hooks, é na linguagem que lutamos para recuperar a nós mesmas. A escrita é um lugar de luta, onde resgatamos memórias silenciadas e as transformamos em territórios de resistência. Escrever é também uma forma de assegurar que nossas histórias sejam contadas por nós mesmas, em nossas vozes, com nossas perspectivas. É por meio dessa escrita insurgente que fertilizamos o terreno, onde nossas memórias deixam de ser estigmas e se tornam raízes que sustentam as nossas narrativas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel. Introdução. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. 1a ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 26–39.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 339 f. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DAMASCENO, Janaína. *O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, Florianópolis, UFSC, de 25 a 28 de agosto de 2008.
- DEIAB, Rafaela de Andrade. *A mãe preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. 290 f. 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- DIAS, Luciana de Oliveira; SOUZA, Cristiane Santos; HENNING, Carlos Eduardo. Ori e Cabaça são femininas: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4903>. Acesso em: 19 out. 2022.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 34–53.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223–244, 1984.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiúva Marinogolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Vera. Vidas negras importam: o que dizemos nós mulheres negras ativistas, intelectuais e artistas. *Tessituras*, Pelotas, RS, v. 9, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2021.